



**UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BEJA
(SANTIAGO MAIOR E SÃO JOÃO BAPTISTA)**

*Aprovado por
unanimidade*

mzp
[Signature]

[Signature]

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS
FREGUESIAS DE BEJA (SANTIAGO MAIOR E SÃO JOÃO BAPTISTA), REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2026: -----**

Pelas vinte e uma horas e dez minutos do dia vinte e três de abril do ano de dois mil e vinte e seis, na sede da Junta de Freguesia, sita no Largo de Santa Maria, n.º 7 em Beja, reuniu a respetiva Assembleia de Freguesia, sob a presidência de Miguel Domingos Condeça Ramalho, encontrando-se presente a primeira secretária, Isabel Gonçalves Martins da Cruz Correia da Graça e o segundo secretário António Brazido dos Santos, os vogais Rui Miguel Reis Crespim Rodrigues, Francisco Pedro Cabrita Elias Torrão em substituição da eleita Ana Paula Gaspar Inácio, Luís Filipe Jorge Eugénio, Paula Cristina Monteiro Lança, Silvestre do Calvário Troncão, Francisco José de Matos Agatão, Paula Cristina Valentim Carrasco, Diogo Miguel Pereira Pires, Ana Paula Chaíça Benvinda em substituição do eleito José Pedro Paquete Dá Mesquita e o vogal Gonçalo Nuno Varela Correia Sebastião . -----

Secretariou a sessão a assistente técnica da Junta de Freguesia, Andreia Filipa da Conceição Moreira Barão dos Santos. -----

Os documentos relativos ao conteúdo da ata encontram-se anexos à mesma e dela fazem parte integrante. -----

Abertura; -----

Verificando-se a existência de quórum, o presidente declarou aberta a Assembleia, passando-se à apreciação dos assuntos constantes da ordem de trabalhos. -----

Período de intervenção do público; -----

Houve presença de público, mas não houve intervenção do mesmo. -----

Não havendo intervenção por parte do público o Presidente da Assembleia passou à votação da ata da sessão anterior, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. ----

Intervenção dos Membros da Assembleia de Freguesia; -----

O eleito Diogo Pires pediu a palavra para a apresentação de uma moção sobre o 25 de abril de 1974 e o 1.º de maio, passando a ler o conteúdo da mesma e que é aqui na íntegra transcrito: -----

“Caras e caros membros da Assembleia de Freguesia, Evocar a Revolução de 25 de Abril de 1974 não é apenas um exercício de memória, é um ato político. Foi nesse momento que o povo português conquistou a liberdade, derrubou a opressão e abriu o

caminho para um Estado democrático assente na justiça social, na igualdade e na dignidade humana. -----

Mas abril não ficou só, projetou-se no 1.º de maio, a data da afirmação dos direitos e conquistas dos trabalhadores. A liberdade política só é plena quando acompanhada de direitos económicos e sociais: emprego digno, salários justos, proteção social e acesso aos serviços públicos. Hoje em dia, mais do que nunca, estes valores exigem uma resposta clara. Perante as desigualdades persistentes, a precariedade laboral e os desafios sociais, não basta apenas celebrar, é preciso agir. É neste ponto que o compromisso político se torna decisivo, é por isso que enquanto eleitos por um dos partidos fundadores da nossa democracia, temos a visão de um país que não abdica da justiça social, que investe nos serviços públicos, que valoriza o trabalho e que combate todas as formas de exclusão. Um país que honra estas duas importantes datas. -----
Defender abril hoje, é recusarmo-nos a dar passos atrás, é enfrentar populismos simplistas e é garantir que a democracia responde às necessidades reais das pessoas. Defender maio é colocarmos o trabalho no centro das políticas públicas, assegurando que o crescimento económico deverá traduzir-se na melhoria da qualidade de vida das pessoas. É com este espírito que devemos intervir na nossa freguesia, próximos das pessoas, atentos às suas dificuldades e com um único objetivo: melhorar a qualidade de vida de cada um dos fregueses. O grupo de eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Santiago Maior e São João Baptista.” -----

O presidente Miguel Ramalho sugeriu que, como metodologia, futuramente, quando se tratasse de moções que têm de ser votadas, o proponente deveria fazer cópias para entrega aos diversos grupos políticos representados na Assembleia de Freguesia, uma vez que uma coisa é estar a ouvir e outra é poder avaliar com mais pormenor o conteúdo de um texto a que os eleitos se vão vincular com o seu voto propondo que nesta Assembleia a moção fosse votada no fim do período da ordem do dia. -----

Os eleitos concordaram com a metodologia futura e com a sugestão da moção ser votada no fim. -----

O eleito Silvestre Troncão pediu a palavra colocando a seguinte questão: -----
Existem três habitações devolutas há muitos anos na Estação do Penedo Gordo. Dados os graves problemas de habitação, foram feitos contactos pela Junta de Freguesia no mandato anterior com as Infraestruturas de Portugal tendo esta manifestado disponibilidade para as ceder à Câmara. O anterior Executivo Municipal não as aceitou mantendo a situação. -----

O atual Presidente da Câmara, na sua qualidade de vereador, no mandato passado, a convite da Junta fez uma visita ao local tendo aparentemente ficado sensibilizado para o assunto. -----

Tem o atual executivo da Junta conhecimento deste património e considera desenvolver alguns esforços junto da Câmara para que este possa vir a ser posto ao serviço da população da Freguesia e do concelho? -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia informou ter havido uma reunião com a Câmara e as Infraestruturas de Portugal em janeiro e há disponibilidade da Câmara para o efeito. -----

A eleita Paula Lança pediu a palavra para colocar uma questão e para sensibilizar a Junta de Freguesia na área da educação, afirmando que, “uma vez que houve uma reorganização profunda das competências do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) desde agosto passado, com um alargamento da transferência de competências na área da educação para os municípios e CCDR, gostaria de saber se a Junta de Freguesia está a seguir o processo entre o município e as escolas, uma vez que tendo a Junta de Freguesia competências descentralizadas nesta área e maior proximidade da comunidade escolar, estas alterações podem vir a refletir-se na gestão da JF”.-----

Informou ainda que o Jardim de Infância do Penedo Gordo vai fazer 25 anos de existência este ano, propondo a realização de uma iniciativa que assinalasse condignamente a efeméride, que realce a importância que este equipamento representou para a comunidade, deixando a disponibilidade para colaboração na mesma. -----

O senhor presidente respondeu que “em relação à questão das escolas colocada pela eleita Paula Lança, a precariedade dos funcionários nas escolas, o Município tem um procedimento administrativo a decorrer para colocar mais pessoas”. -----

O eleito Diogo Pires pediu a palavra para questionar “se os cheques de Natal do ano de 2025 foram todos entregues”; que “existem umas pedras junto à escola da última intervenção que foi feita na Travessa do Forno, no Penedo Gordo, gostaria de saber se vão ser retiradas” e, relativamente ao “regulamento de cedência do Ginásio do Jardim de Infância do Penedo Gordo, quando foi aprovado e como funciona a caução”. -----

----- O senhor presidente da Junta informou que os cheques de Natal tinham sido todos entregues e que a caução relativa à cedência do Ginásio é entregue logo na segunda-feira seguinte mediante a verificação da limpeza e o estado de conservação do Ginásio. Quanto a estes assuntos o presidente da Assembleia informou que o Regulamento de cedência do Pavilhão tinha sido aprovado no mandato anterior e que quanto às pedras existentes junto à escola e provenientes da Travessa do Forno, o caderno de encargos da empreitada responsabilizava o empreiteiro pela retirada deste material. -----

O eleito Francisco Agatão pediu a palavra dizendo que “estamos todos de acordo que estamos aqui reunidos para melhorar a nossa cidade e verifiquei que o circuito de manutenção precisa de uma melhoria no sentido de limpar e cortar as ervas que já se encontram muito grandes”. -----

 O senhor presidente agradeceu a intervenção dizendo que no dia anterior os profissionais da Junta de Freguesia tinham iniciado o trabalho para limpar e cortar as ervas do circuito de manutenção. -----

Não havendo mais nenhuma intervenção passou-se então para o período da ordem do dia. -----

 **Ordem do dia.** -----

 **Ponto n. 1 - Atividades da Junta de Freguesia.** -----

O presidente da Assembleia deu a palavra ao presidente da Junta de Freguesia tendo este perguntado aos eleitos se havia alguma questão ou dúvida em relação ao relatório das atividades da Junta de Freguesia que foi enviado atempadamente para os eleitos tomarem conhecimento. -----

A eleita Paula Lança pediu a palavra e fez referência que, no relatório de atividades o presidente participou numa reunião com a Câmara Municipal e os serviços prisionais e pergunta se têm intenção de colaborar com os serviços prisionais? -----

O senhor presidente respondeu que existe a possibilidade da Junta de Freguesia colaborar com os serviços prisionais na integração de reclusos, como vinha acontecendo no mandato anterior. -----

A eleita Paula Carrasco perguntou o que estava a ser feito sobre a precariedade dos funcionários. -----

O senhor presidente informou que estavam a ser resolvidas situações com os trabalhadores a recibo verde. -----

O eleito Miguel Ramalho usou da palavra para questionar o senhor Presidente da Junta sobre os seguintes quatro assuntos, cujo teor se transcreve: -----

1. "O assunto é recorrente mas não podemos deixar de continuar a colocá-lo enquanto não for devidamente tratado. Trata-se da legislação sobre transferência de competências da Câmara para as Juntas de Freguesia. Completa no final do mês, a 30 de Abril, sete anos que entrou em vigor o decreto-lei que criou os instrumentos para dar corpo à efetivação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. São sete anos sem qualquer desenvolvimento, apesar das insistências, particularmente no último mandato na Assembleia Municipal. Faltando dois meses para a realização das assembleias, a de Freguesia e a Municipal, em que os Autos de Transferência de Competências têm obrigatoriamente de ser aprovados para posteriormente serem enviados para a Direção-Geral da Administração Local, no limite a 30 de junho, para que possam entrar em vigor no próximo ano civil, pois se isso não acontecer só será aplicável no 3º ano do mandato e, não sendo este assunto tão pouco importante, como alguns pensarão, conceção que terá levado a este deixar-andar ao longo dos últimos sete anos, que ninguém com responsabilidade pode aceitar: -----

Em primeiro lugar porque se trata do cumprimento de uma lei a que estamos obrigados e porque os Acordos de Execução em vigor, que, no caso de Beja, foram aprovados em

2014, não tendo desde então sido objeto de análise, nem parcial nem global pelos órgãos executivos ou deliberativos, nem no início dos mandatos, não têm neste momento cobertura legal; em segundo lugar porque nalguns casos os trabalhadores das Juntas de Freguesia afetos às competências delegadas mantêm desde há muitos anos um vínculo que os prejudica em termos salariais nomeadamente a progressão nas carreiras, facto que foi reconhecido pelo anterior executivo municipal sendo que para reparar esta situação com os trabalhadores, deveriam ser tomadas medidas na Assembleia da República – uma vez que os Partidos com maioria na Junta e na Câmara também são Governo – aprovando legislação que assumisse a retroatividade na contagem de tempo e avaliação destes trabalhadores; em terceiro lugar porque é necessário clarificar, em cada freguesia, muito objetivamente, as competências que são da Câmara e que são da Junta de Freguesia e aferir se as verbas transferidas da Câmara para as Juntas estão corretas; em quarto lugar porque não é aceitável a Câmara, como órgão, continuar a dar esta imagem de incompetência. -----

Gostávamos de saber se houve algum contacto com a Junta da parte da Câmara ou vice-versa, este ano, por causa deste assunto. -----

2. Dos quatro acessos rodoviários à cidade, na área da Freguesia nomeadamente a Rua Cidade de S. Paulo, Avenida Fialho de Almeida, Rua de Lisboa e Rua António Sardinha, este último é dos mais importantes e mais problemáticos em termos de segurança rodoviária, por se tratar de uma via de acesso ao Hospital. Diariamente passará por ali um número muito significativo de ambulâncias e outros veículos de transporte de doentes que acedem à cidade. Há poucos meses, no final do mandato anterior, a Câmara cortou a sebe viva existente entre o limite das instalações da E-Redes e a rotunda do pião, a qual de alguma forma constituía um obstáculo no acesso direto à via de circulação. A opção, não sendo acompanhada por outras medidas, e uma vez que vivem no local dezenas de pessoas, inquilinos da Câmara, entre as quais um número muito significativo de crianças muito pequenas, criou uma situação potencial de ocorrência de acidentes graves. -----

A Junta terá certamente conhecimento da situação e sensibilidade para a necessidade de serem tomadas medidas com alguma urgência. -----

3. Até 2013 a Mata pertencia à área geográfica das duas Freguesias. A partir da agregação, em 2013, a Junta de Freguesia assumiu, pela importância do espaço e o facto da Força Aérea na prática o manter em estado de abandono, assegurar uma manutenção mínima, nomeadamente o corte de ervas sem mobilização do solo, ramagens, campo de futebol em condições mínimas para a prática informal de desporto, manutenção dos equipamentos das estações do circuito de manutenção que foi instalado pela Junta de Freguesia no mandato de 2013/2017. Ao longo dos tempos foram feitas algumas tentativas de utilização da Mata para fins indevidos, tendo chegado a haver a tentativa de instalação de tendas e a utilização como quintal, estendais de



roupa em permanência e carrinhos de supermercado fazendo uma apropriação da Mata que não é a mais adequada. Estas situações, por pronta intervenção da Junta, foram sendo de imediato resolvidas. A Mata da Força Aérea e o Poço de Aljustrel são espaços que deveriam continuar a ter a maior atenção da Junta de Freguesia, como o tratamento do coberto vegetal e retirada de árvores e ramagens caídas, corte dos rebentos e pés de burrico, limpeza e não permitir a existência de elementos que inibam os utentes do espaço de o frequentar, sendo necessário exigir que a EMAS, entidade responsável para o fazer, assegure a reparação da iluminação do Poço de Aljustrel, o que, para além da valorização de um monumento de grande importância para a memória coletiva da cidade, também constitui um fator de inibição de utilização do espaço para fins menos adequados. Tem a Junta conhecimento da situação atual e pensa tomar alguma iniciativa para que sejam tomadas medidas? -----

4. Hortas comunitárias no Bairro de São João - O ano passado a Junta de Freguesia iniciou um processo de cedência de espaços para hortas no Bairro de S. João. Os moradores do Bairro foram envolvidos, foi aprovado um regulamento para o efeito, havia já compromisso com meia dúzia de moradores e atribuição dos espaços, foram adquiridos pela Junta de Freguesia equipamentos de uso coletivo e foi criada uma Comissão para o efeito. Como está este processo e gostaríamos de saber se é intenção do atual executivo da Junta dar-lhe continuidade. -----

Quanto às questões colocadas pelo eleito Miguel Ramalho o senhor presidente da Junta de Freguesia deu as seguintes respostas: -----

1. Quanto à transferência de competências da Câmara para a Junta informou que “a Câmara está a reunir com as Juntas uma a uma, com esta Junta ainda não reuniu, não sabemos se é por ordem alfabética, temos que esperar pela nossa vez, temos de saber as competências para vermos os recursos humanos”; -----

2. Quanto aos problemas na Rua António Sardinha afirmou que já falou “com todos os moradores juntamente com a vereadora Liliana Cabecinha, temos moradores que não pagam a renda pelo menos há dois anos, as casas não têm condições nenhuma, só tem uma casa de banho é uma situação complicada que vamos continuar a acompanhar juntamente com a Câmara”; -----

3. Quanto à limpeza da mata informou que a mesma “tem sido feita pelos nossos trabalhadores e quando foi a inauguração da torre da Força Aérea o Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior ficou muito agradecido pela limpeza e elogiou o trabalho feito pelos nossos profissionais. -----

4. Quanto às hortas comunitárias no Bairro de São João informou que o projeto estava a ser reavaliado. -----

Relativamente à segurança na Rua António Sardinha, o eleito Luís Eugénio manifestou que “as pessoas não cumprem com as regras” e que “cada vez que passo na rua de carro, os miúdos andam a jogar à bola e não está ninguém a tomar conta deles, e só

para a limpeza desta rua e para alertar as pessoas para o perigo tínhamos que ter um funcionário da Junta a tempo inteiro”. -----

A propósito de questões de segurança, a eleita Paula Lança pediu a palavra para dizer que há muita insegurança rodoviária na proteção dos peões, uma vez se estaciona impunemente em passeios e espaços pedonais em inúmeros pontos da cidade, sem serem multados, e há cada vez menos segurança para se circular a pé ou para estimular as crianças a brincar na rua e serem autónomas a andar pela cidade, como seria desejável.”-----

Não havendo mais intervenções passou-se ao ponto 2. -----

Ponto n. 2 - Apreciação e votação do relatório e contas relativos ao exercício do ano 2025 ao abrigo do disposto no artº 16º-1/e), e artº 9º/1-b), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro com o saldo da gerência do ano de dois mil e vinte quatro em execução orçamental: duzentos e trinta e seis mil, cento e setenta e sete euros e noventa e um cêntimos; -----

Receita cobrada durante o ano de dois mil e vinte cinco: oitocentos e dez mil, cento e quarenta oito euros e noventa e cinco cêntimos. -----

Despesa efetuada durante o ano de dois mil e vinte e cinco: oitocentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e trinta e seis euros e setenta e sete cêntimos; -----

Saldo que transita para o ano de dois mil e vinte seis: cento e oitenta e um mil, seiscentos e noventa euros e nove cêntimos. -----

Relativamente às operações de tesouraria verificam-se os seguintes valores:

Saldo que transitou do ano de dois mil e vinte e quatro: três mil, quatrocentos e noventa e três euros e quatro cêntimos. -----

Importância cobrada durante o ano de dois mil e vinte e cinco: sete mil, oitocentos e noventa e nove euros e sessenta e nove cêntimos; -----

Importância liquidada durante o ano de dois mil e vinte e cinco: sete mil, novecentos e catorze euros e sessenta nove cêntimos; -----

Saldo que transita para o ano de dois mil e vinte seis: três mil, quatrocentos e setenta oito euros e quatro cêntimos. -----

Não havendo pedidos de intervenção por parte dos eleitos, foi o mesmo submetido a votação, tendo obtido o seguinte resultado: -----

Contra – 0 votos; -----

Abstenção – 3 votos; -----

Favor – 10 votos. -----

O documento foi aprovado por maioria. -----

M 20
Paula
B.

M29
UPA
B-
Ponto n.º 3 – Apreciação e votação do Inventário dos Bens, direitos e obrigações patrimoniais da Freguesia e respetiva avaliação, referente ao ano de 2025, pf. do disposto no artº 16/1-e), do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, elaborado ainda de acordo com as NCP do SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, adiante (SNC-AP). -----

Não havendo pedidos de intervenção por parte dos eleitos, foi o mesmo submetido a votação, tendo obtido o seguinte resultado. -----

Contra – 0 votos; -----

Abstenção – 3 votos; -----

Favor – 10 votos. -----

O documento foi aprovado por maioria. -----

Ponto n.º 4 – Apreciação e votação da 1.º revisão aos documentos previsionais do ano económico de 2026 conforme o artº 9º/1-a) do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

O eleito Silvestre Troncão, em nome dos eleitos da CDU, questionou se a revisão orçamental contempla a construção de passadeiras elevadas junto ao Jardim de Infância e Escola Primária do Penedo Gordo, já com projeto elaborado no final do mandato anterior e contactos efetuados com o empreiteiro, bem como a substituição do pavimento da Rua 10 de junho e a regularização com touvenant ou outro material da Estrada da Canada. -----

O senhor presidente da Junta de Freguesia informou que a construção de passadeiras elevadas junto ao Jardim de Infância e Escola Primária estava a ser repensada porque existiam pessoas que discordavam da solução e as intervenções na Rua 10 de Junho e estrada da Canada estavam a ser negociadas com a Câmara. -----

O eleito Miguel Ramalho lembrou que a solução de construção de passadeiras elevadas resultou da reclamação dos representantes dos pais das crianças que frequentam os estabelecimentos de ensino e que em primeiro lugar deve estar a segurança das crianças e restante comunidade escolar, já que os automobilistas que passam pela rua, alguns com velocidades inadequadas, têm alternativas para circular caso queiram evitar as passadeiras. -----

Não havendo outros pedidos de intervenção por parte dos eleitos, foi a proposta submetida a votação, tendo obtido o seguinte resultado: -----

Contra – 0 votos; -----

Abstenção – 6 votos; -----

Favor – 7 votos. -----

O documento foi aprovado por maioria. -----

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a ata aprovada em minuta, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro. -----

Por último e conforme decisão no início da reunião passou-se à votação da moção apresentada pelo eleito Diogo Pires, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -

Encerramento; -----

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, pelas vinte e uma e quarenta e dois minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada. -----

E eu, Andréa Figueira, assistente técnica que secretariei, a subscrevo.

Final 2/c 2/





